

Editorial v.7 n.1

Por que continuar?

*Divulgação da pesquisa histórica
em tempos de incertezas*



A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar.

Davi Kopenawa Yanomami. *A queda do céu: as Palavras de um xamã yanomami*, 2015.

A Revista Faces da História traz a público o seu primeiro número do ano de 2020. Número este que se soma a outros doze que foram editados em seus sete anos de existência. Para chegarmos até a edição que agora apresentamos (v.7, n.1), foram necessários esforços coletivos de editores, diagramadores, secretários, normalizadores de ANBT, revisores de língua portuguesa e de língua estrangeira, leitores de prova, comunicadores e muitos outros. Todos os alunos e todas as alunas do Programa de Pós-graduação em História da UNESP (Campus de Assis) que passaram pelo conselho editorial da Faces da História desde 2013, ano de sua fundação, dedicaram-se voluntariamente a uma dupla missão: a de disponibilizar, de forma aberta e gratuita, conhecimento de qualidade nas áreas de História e Humanidades, respeitando os compromissos éticos e os protocolos científicos necessários para isso e, ao mesmo tempo, aprender a editar uma revista acadêmica e a lidar com toda a sorte de questões que envolvem tal empreitada.

O trabalho desses sete anos apresenta agora o seu mais recente fruto: um número que traz o dossiê *Povos indígenas nas Américas: presenças, ocultamentos e resistências*, reunindo 15 artigos; somados a esses, apresentam-se 5 textos na seção de Artigos livres e, por fim, 6 resenhas. Este fruto não poderia ser maturado e colhido sem a colaboração de nossos avaliadores externos, que se dedicaram a emitir preciosos pareceres às cegas, zelando pelo comprometimento ético e profissional que deve estar presente em qualquer expediente científico. Não seria possível, da mesma forma, organizar um dossiê que recebeu 46 submissões sem o comprometimento e profissionalismo de sua organizadora, a Dra. Fernanda Sposito (UNIFESP/Brown University). Também não seria viável publicar nenhuma das palavras presentes neste número se não fossem as bolsas de estudos que garantem o sustento e a continuidade das pesquisas de boa parte dos nossos autores e autoras, bem como da maioria de nosso conselho editorial. Para este último aspecto, é imprescindível lembrar que não é praticável realizar pesquisa no Brasil sem um financiamento público, efetivo, maciço e contínuo. A forma desrespeitosa com que a educação, a ciência e a universidade pública vêm sendo tratadas atualmente no país por autoridades e ministros de estado, que têm a função e a obrigação constitucional de zelar por elas, diz muito sobre os projetos políticos e sociais que se encenam no Brasil. Para um país que mal saiu de um regime militar, que carrega o grande fardo genocida da escravidão e do racismo estrutural, com uma profunda desigualdade de classe, de gênero e de raça, não deveríamos precisar repetir o óbvio: a ciência tem papel fundamental para o enfrentamento de nossas mazelas e precariedades.

Cientes deste papel, apresentamos, a seguir, os artigos livres e as resenhas que compõem este número. O dossiê *Povos indígenas nas Américas* conta com apresentação própria, que merece ser lida na íntegra.

Como uma tradição que se desenvolve para a sessão de *artigos livres*, o presente número apresenta a divulgação de pesquisas científicas caracterizadas pela diversidade dos temas e pela apresentação de estudos pouco debatidos em nossa historiografia, mas que são de suma importância para entendermos a historicidade de certas comunidades e para compreendermos nossa própria sociedade, seja no âmbito intelectual ou político. Do rol de cinco artigos publicados, três abrangem caracterizações da cultura islâmica, como a construção do mito islâmico na Europa na Idade Média, impressões recentes sobre essa cultura, representada em documentários cinematográficos, além de apresentar as características do sistema financeiro islâmico, temática pouco abordada em nosso país. Complementa-se a sessão com outros dois artigos, contendo temáticas nacionais que

refletem sobre as eleições presidenciais de 1989, bem como a formação do arcabouço disciplinar da História do Direito no Brasil.

Em *Uma realidade representada: a formação do mal islâmico analisado a partir do martírio cordobês*, Augusto Rocha reflete quanto à multiplicidade de elementos que compõem as representações do Islamismo e do homem islâmico, tratados na Europa medieval como um mal a ser combatido, representação essa criada por São Eulógio de Córdoba, no século IX. O autor utiliza de elementos metodológicos da Nova História Cultural e da historiografia referentes ao Islã para delimitar como se formou esse estereótipo acerca da cultura islâmica em nosso tempo e problematizar sobre o tema em nossa historiografia.

Utilizando-se de fontes jornalísticas da época eleitoral brasileira, Conrado Ferreira Arcoleze analisa a repercussão do caso Proconsult, ocorrido em 1982, na campanha eleitoral de Leonel Brizola para a presidência em 1989. O artigo, *O caso Proconsult não morreu: a repercussão na campanha eleitoral de Leonel Brizola de 1989*, revela as reações do candidato frente à divulgação do caso e aponta a desconfiança de Brizola pelas pesquisas de opinião de voto. Tal temática joga luz na influência dos meios de comunicação na construção de narrativas e na denúncia de eventos fraudulentos nas eleições, fatos tão praticados na história de nossa República.

No artigo, *A questão da Palestina nos documentários Promises (2001) e Ney (2015)*, Claudinei Lodos reflete sobre dois documentários produzidos por cineastas judeus e suas visões pessoais sobre a questão da Palestina. Como judeus seculares, suas narrativas cinematográficas trazem à tona seus conflitos internos sobre a identidade judaica frente ao conflito na Palestina e sobre as reações de Israel frente ao conflito. Além disso, o artigo traz uma importante discussão sobre o uso da fonte cinematográfica, representada nos documentários, para o uso da discussão histórica.

Vitor Luis Marques dos Santos traz uma interessante contribuição ao propor uma reflexão sobre a formação do campo disciplinar da História do Direito no Brasil, tomando como fontes o *corpus* literário que marcou essa construção teórica. Faz também uma análise da resolução nº 09/2004 do Conselho Nacional de Educação, que determinou a reinserção do ensino de história nos cursos jurídicos. Nas palavras do autor, o texto sugere “uma leitura provocativa às estruturas da educação jurídica tradicional”.

O fechamento da sessão é marcado pelo artigo *O sistema financeiro islâmico e seu reconhecimento no mercado internacional*, assinado pelos autores Kathleen Silva Oliveira e Danilo Porfírio de Castro Vieira. O texto mostra o desenvolvimento do sistema financeiro aplicado na comunidade muçulmana e seu impacto para a construção de um mercado

financeiro alternativo àquele praticado no Ocidente, baseando-se nos preceitos da economia moral e da rejeição da cobrança de juros pelos usuários. Ao fim, os autores dissertam sobre o estudo de caso da aplicação do sistema financeiro na Malásia e o reconhecimento das práticas pelo mundo.

Na seção de resenhas são apresentadas obras que trazem contribuições particulares às diversas áreas da história e humanidades, sendo que três delas acompanham a temática do dossiê. Na resenha *Los pueblos indígenas en la construcción nacional de Argentina y México: un contrapunto de experiencias sociohistóricas (1810-1920)*, Horacio Miguel Héran Zapata analisa a obra da etnohistoriadora francesa Carmen Bernand que investiga a atuação das populações originárias no processo de formação dos Estados em ambos os países. Em *Protagonismos indígenas e as justiças no mundo Ibérico-Americano*, Lana Gomes de Araújo apresenta a coletânea organizada por Ângela Domingues, Maria Leônia Resende e Pedro Cardim, livro que amplia as discussões dos indígenas no cenário colonial ibero-americano com artigos de diversos pesquisadores. Debatendo as temáticas de raça, nação e cidadania, Murilo Souza dos Santos resenha em “*Fugir para a escravidão*”: *geografia insurgente e cidadania na fronteira do Brasil pós-colonial* o livro de Miki Yuko sobre a história das populações afrodescendentes e indígenas na América Latina.

Mírian Cristina de Moura Garrido, em *A emergência das discussões de Achille Mbembe no Brasil*, chama atenção para as obras do escritor camaronês e os conceitos por ele formulados nas discussões a respeito do racismo estrutural e da política de morte, sobretudo no ensaio *Necropolítica*, então resenhado. *O jovem Hegel de Lukács: por uma redenção dialética* é o título da resenha de Edson Roberto de Oliveira Silva em que apresenta as análises do filósofo húngaro a respeito da trajetória e o envolvimento de Hegel com seu tempo histórico, assim como o desenvolvimento de seu pensamento filosófico; também comenta sobre a tradução recente do livro no Brasil e suas contribuições para os estudos marxistas no país. Por fim, a resenha de Vitória Diniz de Souza, *A História como tecido e o historiador como tecelão das temporalidades*, é um convite à leitura do livro de Durval Muniz de Albuquerque, uma reunião de ensaios com variadas temáticas que exploram reflexões sobre a escrita da história e as possibilidades da produção historiográfica no presente; uma questão ampla, mas atual e sensível para o momento.

Antes de finalizar esta apresentação, não poderíamos deixar de dizer que todo este número foi organizado, editado e diagramado no cenário nacional e global de enfrentamento da pandemia de COVID-19. O que significa manter uma revista científica

em atividade, quando o mundo parece desabar lá fora? Por que continuar o trabalho demorado, árduo e minucioso de editar artigos e resenhas na área de História e de Ciências Humanas no momento em que o mundo necessita de respostas urgentes, dos nossos cientistas e de nossas autoridades públicas, para as mortes e os problemas sociais, humanitários, econômicos e de saúde pública causados pela pandemia? Há algum sentido em manter inúmeras reuniões virtuais, trocas incessantes de e-mails e mensagens, arquivos de textos com revisões infundáveis enquanto o planeta só se pergunta, quase como em um coro bem ensaiado, sobre quando isso vai acabar ou quando a vacina estará pronta? Se as incertezas das Ciências Humanas já eram muitas, os impactos trazidos pelo novo coronavírus fazem ruir aquelas poucas certezas que havíamos construído.

Se ainda não podemos elaborar respostas necessárias para o enfrentamento da pandemia e nem podemos oferecer, por meio de artigos acadêmicos de pesquisadores das Ciências Humanas e Sociais, uma vacina para mitigar os seus malefícios à nossa saúde, resta-nos continuar o trabalho incessante de refletir sobre as fraquezas e potencialidades do humano. Para possibilitar a crítica de nossas relações sociais, para compreender nossas escolhas e nosso passado, explorar suas contradições, evidenciar suas opressões, genocídios, silenciamentos, mas para focar também nossas resistências e capacidade de reinvenção em situações de existência precária, é que a Faces da História traz a público este novo número.

Com a esperança de que novas histórias, mais democráticas e mais saudáveis, possam também fazer ruir as incertezas atuais, e com o desejo de que os espíritos *xapiri* possam dançar e brincar para sempre em nossas terras, convidamos todos e todas a ler os artigos e resenhas que aqui estão reunidos.

Os editores e o conselho editorial da Faces da História dedicam este número aos 54.971 brasileiros e brasileiras que perderam as suas vidas em virtude da COVID-19¹, em especial aos 332 indígenas que fazem parte desta triste estatística².

Assis, junho de 2020.

Benedito Inácio Ribeiro Júnior
Lucas Thiago Rodarte Alvarenga
Luciana Francisco

Editores e editora da Revista Faces da História

1 Dados informados pelo Ministério da Saúde em 25 de junho de 2020. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

2 Dados compilados pela Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB). Disponível em: <http://quarentenaindigena.info/casos-indigenas/>. Acesso em: 26 jun. 2020.